

## FÓRUM DO GT DE SAÚDE MENTAL DA SBFA

### DOCUMENTO FINAL

Em 29 de maio de 2021 o Grupo de Trabalho em Saúde Mental do Departamento de Saúde Coletiva da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, realizou o Fórum que teve como tema central: **Fonoaudiologia, Direitos Humanos e Políticas de Saúde Mental em defesa de uma comunicação que liberta.**

Participaram fonoaudiólogos, profissionais de áreas afins, docentes, alunos, gestores e demais interessados com a proposta de debater sobre as contribuições da Fonoaudiologia dentro do atual cenário das políticas de saúde mental, de modo transversal às perspectivas da clínica ampliada e da atuação em diferentes condições de sofrimento e dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

O encontro teve início com uma palestra sobre o tema central e na sequência os participantes se dividiram em cinco grupos, cada um com um eixo temático, retornando para apresentação e debate coletivo na plenária final. A seguir são destacados os pontos principais discutidos em cada um dos eixos.

#### **Eixo 1. Clínica ampliada com a população transgênero**

O grupo problematizou as políticas públicas desenvolvidas por pessoas cisgênero, na perspectiva de que não são consideradas as singularidades das experiências da população trans. A saúde pública ainda caminha de forma incipiente na garantia de cuidado integral e apesar dos avanços carece de profissionais e serviços habilitados para atender essa demanda.

Para a Fonoaudiologia, o trabalho pressupõe muito mais do que a atenção terapêutica que redundava nas questões vocais a partir de um gênero autodeterminado. Há a generalização da voz entre feminina, masculina ou infantil no contraponto da voz autêntica, que envolve a identidade das pessoas transgênero e como a voz afeta sua vida.

Aponta-se que esse é um trabalho também na lógica da clínica ampliada sobre essa diversidade de “corpos-humanidades” e produtor de saúde mental na abrangência dos processos comunicacionais e de um trabalho que questione inclusive o conceito de normalidade.

O entendimento é de que o tema precisa ser mais discutido pela categoria em debates que vão desde as questões sobre redesignação, adequação ou harmonização vocal inclusive até o uso da linguagem neutra. É premente também a formação curricular nos cursos de graduação.

#### **Eixo 2. Lógica do cuidado com usuários de substâncias psicoativas**

O grupo contextualizou a atuação com usuários de substâncias psicoativas pontuando a importância do rompimento de práticas higienistas, o que exige inventividade no fazer coletivo, atentando para não buscarmos respostas individualizadas com as interações. É consenso que o uso de substâncias está transversalizado por vulnerabilidades psíquicas e sociais como exclusão, fome, frio e violências múltiplas. Por isso, qualquer proposta de cuidado deve estar atrelado a essas condições.

O fonoaudiólogo precisa ser flexível e ter foco na comunicação aberta com os sujeitos. Entende-se a importância de estar com os usuários sem preconceitos e com enfoque nas buscas ativas e atuação nas cenas de uso, mediando a comunicação e as intervenções da equipe.

As abordagens tem que ser feitas de modo humanizado e ofertando possibilidades de autocuidado, na perspectiva de redução de danos, ainda que, esse seja um ponto controverso em especial quando se trata de crianças e adolescentes.

As políticas de saúde mental vinculadas à atenção psicossocial e à luta antimanicomial recebem pouco investimento e há necessidade de maior discussão com outros setores, como o Judiciário, para ampliação efetiva dos cuidados ofertados.

### **Eixo 3. Atuação em Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO) e Residências Terapêuticas**

O grupo destacou os fundamentos da luta antimanicomial que abrem questões relacionadas a aceitação e respeito à diversidade humana e acrescenta aí pontos relacionados ao racismo de modo emblemático. O entendimento é de que as representações sociais e as instituições sociais dominantes corroboram uma sociedade que ainda separa, fragmenta e isola.

A reflexão segue na linha de pensar o quanto a Fonoaudiologia pode contribuir para esse enfrentamento na produção do diálogo, construindo formas de expressão na interação, dando voz às diferenças. Foi apontado que os profissionais ainda são em sua maioria demandados de forma restrita na busca da normalidade e da correção da palavra.

Os espaços coletivos são espaços legítimos e genuínos onde a comunicação deve circular como estratégia principal de empoderamento, na composição dos encontros, por exemplo, como nas assembleias previstas nos serviços de Saúde Mental. Nesse sentido, há um campo rico de atuação também nos Centros de Convivência e Residências Terapêuticas como lugares onde a vida deve circular em cotidianos deslocados da doença mental estigmatizante.

Chamou atenção, o interesse restrito de participação nesse eixo, fato compreendido como espelho da pouca inserção do fonoaudiólogo nesses pontos

de atenção da RAPS. Entretanto, fica destacada a habilidade inerente do fonoaudiólogo na mediação da comunicação, dando suporte aos processos de participação coletiva e politizada, mediando a garantia do direito à palavra e do ser compreendido.

#### **Eixo 4. Perspectivas em oficinas de trabalho, geração de renda e ECOSOL**

O grupo discutiu a atuação na saúde mental a partir da perspectiva da clínica da escuta, da defesa dos direitos igualitários e da transformação da realidade social. Acreditar na potência e desejo dos sujeitos transcende a esfera diagnóstica, que muitas vezes nos aprisiona em representações pré-concebidas sobre a capacidade produtiva das pessoas com transtornos mentais.

Nesse sentido, atenta para o estigma da incapacidade e do risco de produzir o “manicômio deslocado” nos serviços especializados da RAPS. As oficinas que envolvem atividades relacionadas ao trabalho e geração de renda resgatam potências na relação com o outro, pertencimento, inclusão e cidadania.

O fonoaudiólogo mediando e otimizando os processos comunicativos dá suporte para essa ressignificação de vida pelo trabalho, investindo na capacidade produtiva individual e coletiva. O olhar do profissional pode ser um filtro que cronifica ou potencializa novos papéis na possibilidade de circulação social e experiências de vida produtiva.

No entanto, ainda são incipientes estudos balizadores que apontem a melhora objetiva na evolução dos usuários e os registros das práticas em rede, que sustentem esse cuidado de forma consistente e ampliada na perspectiva da Economia Solidária.

#### **Eixo 5. Desafios para a fonoaudiologia na formação, gestão e supervisão de equipes**

O grupo debateu a interrupção do financiamento para equipes de NASF descontinuando ações integradas também por fonoaudiólogos, o que permitia a descentralização do cuidado em saúde mental para o trabalho no território sob a ótica do matriciamento. Foram levantados aspectos da gestão e da formação diretamente relacionados com a sustentação do trabalho na lógica da atenção psicossocial multiprofissional em todos os pontos de atenção da RAPS.

Há um paradoxo. Por um lado, com limites impostos para atuação fonoaudiológica reduzida a perspectiva ambulatorial de “reabilitação e cura” nos quadros patológicos com sintomas na fala e linguagem. Por outro lado, com o impedindo da realização deste trabalho específico, quando necessário, nos serviços de atenção secundária em saúde mental.

O próprio fonoaudiólogo vive essa dicotomia originária na sua formação, quando não se sente empoderado a fazer acolhimento, convivência ou ser referência técnica de algum caso, por exemplo, trabalhando na perspectiva ampliada da comunicação e produção de saúde mental.

A ausência de residências e/ou estágios curriculares em saúde mental deixam esta lacuna na formação. Outro ponto de destaque é que ainda é incipiente a atuação fonoaudiológica na supervisão clínico-institucional de equipes multiprofissionais.

### **Plenária final**

Após os relatos dos grupos, a plenária avaliou positivamente a realização do Fórum como avanço para o desenvolvimento das práticas fonoaudiológicas, sob o entendimento de que as políticas de saúde mental vêm sofrendo ameaças que comprometem a garantia de direitos conquistados na Reforma Psiquiátrica Brasileira com a LEI 10.216 de 2001.

A Fonoaudiologia, inserida nesse contexto, segue rompendo com os padrões da clínica tradicional em todos os âmbitos e ampliando seu olhar sobre as práticas no campo, avançando no cuidado das condições de sofrimento mental, sem se distanciar da especificidade de seu núcleo de atuação: a comunicação.

A questão da formação foi discutida e entendida em todos os eixos como ponto central, destacando a necessidade de conhecimento sobre o SUS e a lógica da atenção psicossocial para a atuação na saúde mental, o que deve ser abordado desde a graduação em Fonoaudiologia.

Fica como imperativo que os fonoaudiólogos participem também dos espaços de protagonismo sócio-político social e no âmbito científico da Fonoaudiologia, promovendo debates, reflexões, sistematizando as experiências coletivas e desenvolvendo estudos para fortalecimento no campo da Saúde Mental.

Os participantes reafirmam o marco da Luta Antimanicomial na perspectiva do cuidado em liberdade e da garantia de voz aos sujeitos em sofrimento mental e defendem a inserção de fonoaudiólogos em todos os pontos da RAPS, demonstrando aqui sua contribuição profissional para empoderamento das pessoas em defesa de uma comunicação que liberta!